Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

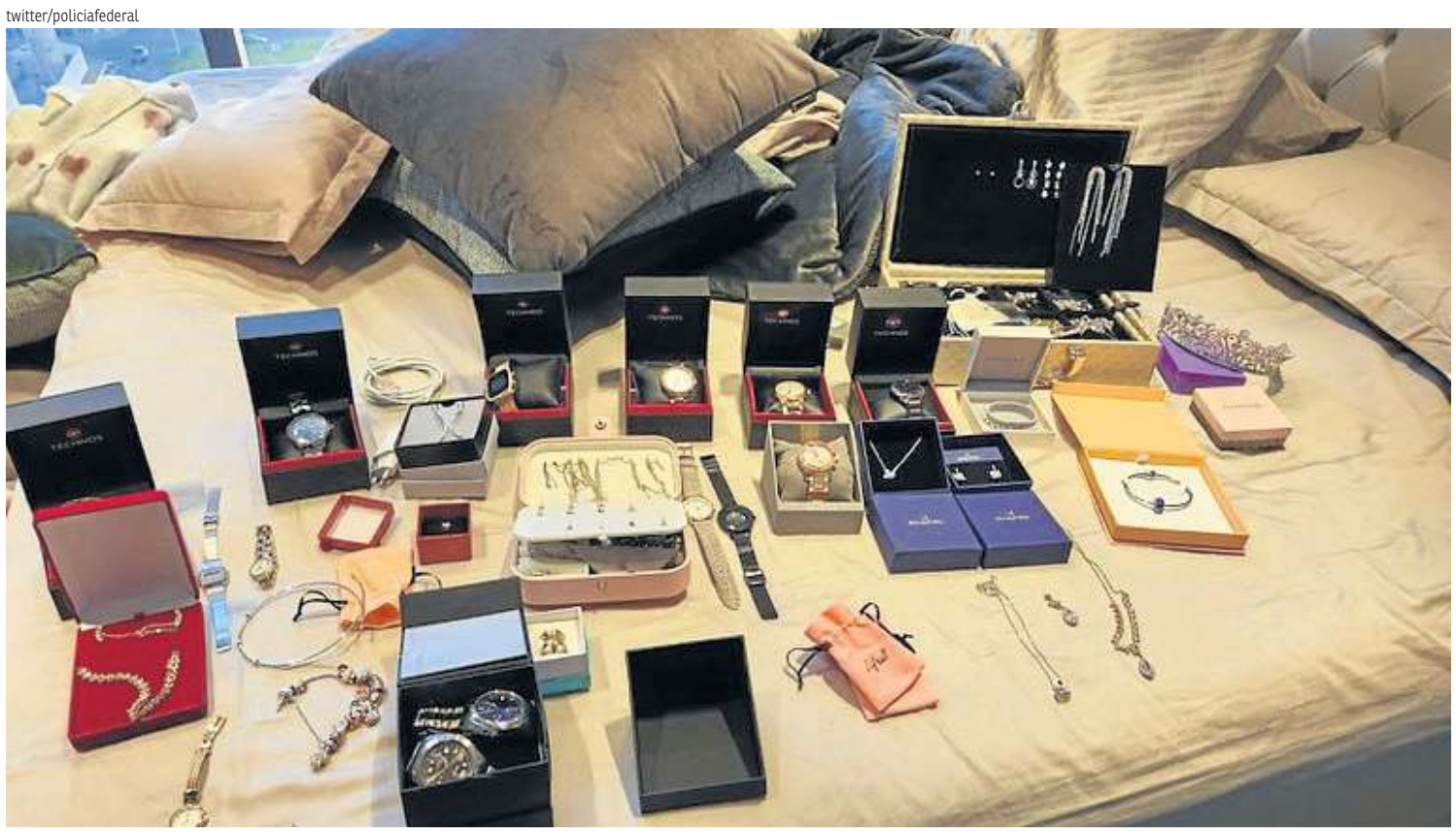
CRIME ORGANIZADO

Coronel informante de garimpeiros é alvo da PF

Escutas descobrem que oficial do Exército alertava exploradores ilegais para operações contra retirada de ouro de reserva indígena

» VINICIUS DORIA

twitter/policiafederal



Braço da Jurupari em Manaus apreendeu documentos, joias e relógios comprados pelo bando que fazia mineração de ouro ilegalmente na Juami-Japurá

Suspeito de ser informante de garimpeiros que atuam ilegalmente na fronteira do Brasil com a Colômbia, o tenente-coronel do Exército Abimael Alves Pinto foi alvo, ontem, de uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal (PF), em Ponta Grossa (PR). Áudios gravados com autorização judicial flagraram o militar alertando chefes dos garimpeiros sobre operações de fiscalização na região da Reserva Juami-Japurá (AM).

De acordo com as investigações, Abimael havia prestado serviço no interior do Amazonas, mas, com as suspeitas que recaíam sobre ele — e para estancar os vazamentos ilegais —, o Exército abriu um Inquérito Policial Militar (IPM) contra o tenente-coronel e o transferiu para Ponta Grossa. A PF apurou que, mesmo no Paraná, o militar continuou repassando informações aos garimpeiros.

O Comando Militar do Sul (CMS) confirmou, em nota, que participou da ação policial para cumprimento de mandados de busca e apreensão da Operação Jurupari. "O Comando da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, conforme determinação da Justiça Militar da União e em conformidade com o IPM instaurado, executou mandados de busca e apreensão na residência de militar envolvido em investigação. A operação se revestiu dos princípios legais e foi executada pelo Exército brasileiro com o apoio da Polícia Federal. O inquérito corre sob segredo de justiça, a fim de não prejudicar as investigações", salienta o CMS.

Abimael e outros investigados são suspeitos de receber mesada dos garimpeiros em troca de informações sobre operações policiais na região explorada pela atividade ilegal. O dinheiro era depositado em contas bancárias da mulher do militar. Em uma das gravações feitas pela PF, ele é explícito ao vazar para um comparsa dados sobre uma operação que estava sendo deflagrada contra a extração ilegal — citou, inclusive, um "camarada" que o ajuda.

"Acabei de falar, aqui, com o meu camarada, e a missão da 2ª Brigada, que é do pessoal de São Gabriel da Cachoeira (AM), realmente está subindo o rio naquela direção. Seria bom ele sair de lá por enquanto", recomendou Abimael, em um dos telefonemas grampeados.

Em outra gravação — ambas divulgada pela TV Globo —, o tenente-coronel diz que um dos alvos da PF "tem dois dias e meio para sair de lá. De noite a gente não opera. Então, fala para ele que ele tem até quarta-feira para sair. E, aí, quando ele puder voltar, eu aviso".

Para os investigadores, o desbaratamento da rede de informações é fundamental para garantir o sucesso das operações nas áreas mais remotas da Floresta Amazônica, nas quais os agentes precisam enfrentar longas distâncias por rios e igarapés para chegar aos acampamentos e às dragas da extração ilegal de ouro.

"Japurá é de difícil acesso. Para chegar, é necessário um forte empenho, tanto de pessoal como de valores financeiros. Já existe esta dificuldade e, quando a gente consegue, ainda há pessoas colocando em risco tanto a segurança dos integrantes da equipe como da operação", disse o chefe da Força Tarefa de Segurança Pública Ambiental da PF, delegado Adriano Sombra.

Segundo ele, Abimael repassava informações não só do Comando do Exército, mas de operações conjuntas na Região Amazônica articuladas por órgãos como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e PF. Por isso, os investigadores creem que haja mais servidores públicos envolvidos no vazamento dos dados.

Joias e relógios

Também foram cumpridos mais sete mandados de busca e apreensão, e três de prisão — dois em Manaus e um em Porto Velho — pela Jurupari. A operação de ontem é desdobramento de investigações que começaram em 2020, com a prisão, em Ji-Paraná (RO), de duas pessoas que transportavam um lingote de ouro sem documentação. A partir da apreensão dos telefones celulares da dupla, a PF descobriu uma grande rede de proteção e de lavagem de dinheiro da atividade garimpeira ilegal em áreas remotas da Amazônia.

A Jurupari mobilizou 20 agentes e 10 militares do Exército. Em Manaus, foram apreendidos documentos, relógios e joias em um endereço ligado aos investigados. Os mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão foram expedidos pela 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária no Amazonas, que também determinou o bloqueio de dinheiro dos envolvidos, incluindo empresas ligadas ao esquema de lavagem de dinheiro proveniente da extração de ouro, e o sequestro de bens.

PODCAST DO CORREIO

Um guia para entender e respeitar a mulher trans

» HENRIQUE FREGONASSE*

A escritora Marcela Bosa é enfática ao dizer que uma mulher trans não "se transforma, apenas se descobre". Isso a levou a escrever sobre suas experiências de vida — não somente as dores e sofrimentos, mas também as vitórias e as alegrias. Entrevistada do **Podcast do Correio**, já disponível nas plataformas digitais, ela lança exatamente no Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, que é celebrado hoje, um livro que classifica como um "guia" para as pessoas não cometerem gafes diante de uma mulher trans.

Marcela sabia, desde criança, que não se enquadrava no gênero que lhe foi designado. Mas até chegar ao ponto de virada, foi uma trajetória difícil. Sobretudo porque, primeiro, teve de criar coragem para buscar mais informações e entender, de fato, como se identifica — o que, conforme salienta, veio por meio de muita reflexão e terapia.

Ela oculta o nome de batismo não para fugir do passado, mas, sim, para reforçar a condição atual. "Não tenho vergonha de quem eu fui: o menino que deu origem à Marcela. Mas já foi. Já deu", explicou Marcela, que fala sobre isso no livro intitulado *MA. Eu. Mulher. Trans*.

Segundo Marcela, a obra começou a ser escrita há alguns anos, mas o processo só tomou impulso depois de assistir a participação da cantora Linn da Quebrada no Big Brother Brasil (BBB) 22. Ver os participantes errando o pronome de Linn, que tatuou na testa, gerou em Marcela uma necessidade de abordar o assunto. "Preciso aproveitar a minha história, minha vivência, já que eu tenho uma certa idade e que tenho uma certa noção da dor da vida", afirmou.

A relação com a família é assunto delicado. Marcela tem pouco contato com a mãe e não fala com o pai. Originária de uma família conservadora do Paraná, ela conta que foi privada de ir ao enterro de um tio de quem era próxima. "Ele me ensinou a dirigir, éramos muito próximos. Não deixaram eu me despedir dele. É triste", lamentou.

MA. Eu. Mulher. Trans, que retrata a história de como Marcela se descobriu mulher, tem o objetivo de normalizar a existência das pessoas trans. Ela lembra que o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais, mas, ao mesmo tempo, é o maior mercado consumidor de pornografia relacionada a esse grupo. O livro serve, ainda, para desfazer o imaginário popular que costuma associar mulheres trans a uma imagem sexualizada e promíscua.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Reprodução/Podcast do Correio



Marcela Bosa (E) lança seu livro, em Brasília, no mesmo dia em que se celebra o Orgulho LGBTQIA+

Planalto se veste de arco-íris

» INGRID SOARES

O Palácio do Planalto ganhou as cores do arco-íris em celebração ao mês da visibilidade LGBTQIA+ e ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, que será comemorado hoje. Segundo o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, iniciativas dessa natureza são fundamentais para informar e educar a população, únicas formas de combate ao preconceito.

"Não existem Direitos Humanos que não passem pela educação, pela comunicação. A população LGBTQIA+ é parte fundamental do Brasil. Se o país não entender isso, não seremos um país. Iluminar o Planalto diante de tudo que nós vivemos nos últimos anos é um ato fundamental de resistência e existência para pessoas que são sistematicamente discriminadas", afirmou.

No mesmo evento no Palácio do Planalto, foram firmados pactos com empresas de transporte por aplicativo a fim de combater a discriminação e garantir o respeito às pessoas LGBTQIA+. O compromisso prevê, entre outras iniciativas, que as firmas criem dispositivos para a prevenção de episódios de violência causados pelo preconceito.

"É uma oportunidade para que possamos chamar a atenção contra o preconceito, a violência, todo tipo de discriminação e discurso de ódio que persiste na nossa sociedade. Os últimos anos foram desafiadores e derrotamos esse discurso que dividiu as famílias e os amigos", salientou o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta.

Já a secretária nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Symmy Larrat, frisou que a data "é a mais simbólica porque a gente devolve toda a narrativa de ódio que diz que a gente é vergonha, que a gente tem que se esconder. A gente volta na narrativa da alegria. Amamos ser como somos".

MACONHA

Para ministro, produção deve ser familiar

» HENRIQUE LESSA

A produção da maconha no Brasil, caso seja aprovada para a produção de extratos medicinais, deve estar vinculada à agricultura familiar. Foi o que defendeu, ontem, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Paulo Teixeira, no seminário promovido pela Justa, uma ONG paulista que se dedica ao estudo da gestão do Sistema de Justiça brasileiro, na Câmara dos Deputados.

Já tramita na Casa o PL 399/15, que estabelece a possibilidade de produção para o uso medicinal, industrial e veterinário da planta e dos seus princípios. Segundo Teixeira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), demonstrou interesse em levar a matéria a Plenário. O ministro assegura que o uso medicinal é consenso entre os deputados, mesmo porque o pai de Lira, o ex-senador Benedito de Lira, faz tratamento de saúde com fármacos à base de maconha.

Para o diretor do Justa, Cristiano Maronna, é importante uma regulação que acabe com a proibição do uso adulto. "Com a proibição, temos um 'liberou geral' e até uma criança pode comprar a droga. Defendemos regra. Maconha não é coisa de criança e adolescente", ponderou.